



Anais da Assembléia

N.º 156 CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE DEZEMBRO DE 1990 ANO XVI

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 118.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 1990
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nereu Carlos Massignan e Djalma de Almeida César.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Acir Mezzadri, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (39). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessutti, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, David Cheriegate, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Homero Oguido, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves e Rafael Greca (14). Em licença o Senhor Deputado Algaci Túlio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Of. n.º 1.039/90

Senhor Presidente:

Pelo presente, encaminho a Vossa Excelência o anteprojeto de lei que reajusta os vencimentos dos funcionários do Tribu-

nal de Contas do Estado do Paraná.

Esperando merecer de Vossa Excelência e dos seus nobres Pares, a necessária aprovação, reafirmo-lhe, nesta oportunidade, minhas expressões de alto apreço e superior estima.

Sala das Sessões, em 18.12.90

(a) JOÃO CÂNDIDO FERREIRA DA CUNHA PEREIRA
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI N.º

Súmula: Reajusta, conforme especifica, os vencimentos dos funcionários do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e adota outras providências.

Art. 1.º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, constantes do Anexo II, da Lei n.º 9.436, de 9 de novembro de 1990, dos cargos em Comissão e das Funções Gratificadas, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam reajustados em 185,22% (cento e oitenta e cinco vírgula vinte e dois por cento), cuja implantação obedecerá ao seguinte escalonamento:

I - a partir de 01 de janeiro de 1991, 20% (vinte por cento) sobre os valores vigentes em dezembro de 1990;

II - a partir de 01 de fevereiro de 1991, 20% (vinte por cento) sobre os valores vigentes em janeiro de 1991;

III - a partir de 01 de março de 1991, 20% (vinte por cento), sobre os valores vigentes em fevereiro de 1991;

IV - a partir de 01 de abril de 1991, 28,5% (vinte e oito vírgula cinco por cento) sobre os valores vigentes em março de 1991;

V - a partir de 01 de maio de 1991, 28,45% (vinte e oito vírgula quarenta e cinco por cento) sobre os valores vigentes em abril de 1991.

Art. 2.º - Ficam também reajustados, nos mesmos percentuais e datas fixados no artigo anterior:

I - os valores da gratificação de produtividade;

II - os valores da gratificação de gabinete;

III - o valor do salário-família, por dependente legal.

Art. 3.º - O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através de seu Presidente, baixará os Atos necessários ao cumprimento disposto nesta lei, bem como a conceder a seus funcionários os mesmos reajustes salariais que forem autorizados pelo Poder Executivo, a título de antecipação salarial.

Art. 4.º - A data base dos reajustes

dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná passa a ser 01 de junho.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no art. 1°, revogadas as disposições em contrário.

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

OF. n° 83/90

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar, a partir de 1° de janeiro de 1991, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores integrantes dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada.

Tal medida visa permitir e manter a mesma igualdade de tratamento dispensado aos ocupantes de cargos do Poder Executivo, obedecendo-se assim, a equivalência de valores idênticos aos funcionários que exercem estes cargos neste Poder.

Na certeza de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa de Leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 18.12.90

(a) ABRAHÃO MIGUEL
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores integrantes dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como, o salário do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, ficam reajustados em 185,22% (cento e oitenta e cinco vírgula vinte e dois por cento), cuja implantação obedecerá ao seguinte escalonamento:

I - a partir de 1° de janeiro de 1991, 20% (vinte por cento) sobre os valores vigentes em dezembro de 1990;

II - a partir de 1° de fevereiro de 1991, 20% (vinte por cento) sobre os valores vigentes em janeiro de 1991;

III - a partir de 1° de março de 1991, 20% (vinte por cento) sobre os valores vigentes em fevereiro de 1991;

IV - a partir de 1° de abril de 1991, 28,5% (vinte e oito vírgula cinco por cento) sobre os valores vigentes em março de 1991; e

V - a partir de 1° de maio de 1991 28,45% (vinte e oito vírgula quarenta e cinco por cento) sobre os valores vigentes

em abril de 1991.

Art. 2° - Ficam também reajustados nos mesmos índices e datas fixados no artigo anterior:

I - os valores das gratificações de produtividade e de representação de gabinete; e

II - o valor do salário-família por dependente e o valor das pensões especiais.

Art. 3° - Fica o Presidente do Tribunal de Justiça autorizado a, mediante ato, baixar as tabelas de vencimentos, de conformidade com a presente lei, inclusive, a conceder os reajustes a título de antecipação, nos mesmos percentuais concedidos aos servidores do Poder Executivo.

Art. 4° - A data-base de reajuste dos servidores do Poder Judiciário passa a ser 1° de junho.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1°, revogadas as disposições em contrário.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Of. n° 1196

Senhor Presidente.

Com a mais elevada honra e consideração encaminho a Vossa Excelência, nos termos § 2° do artigo 114 da Constituição do Estado do Paraná, o incluso projeto de lei, que visa reajustar, a partir de 1° de janeiro de 1991, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificações dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Paraná. Objetiva, ainda, reajustar o valor das gratificações de produtividade, de representação de gabinete, salário família e dos salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Certos da acolhida, apoio e aprovação desta proposição renovo a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinguido apreço.

Sala das Sessões, em 18.12.90

LUIZ CHEMIM GUIMARÃES
Procurador-Geral de Justiça

PROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica concedido, a título de reajuste de data-base dos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, o índice percentual de 185,22 (cento e oitenta e cinco vírgula vinte e dois por cento) sobre os valores vigentes em dezembro de 1990, na forma disposta na presente lei.

Art. 2° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e função gratificada dos servidores, bem como os salários de pessoal regidos pela Consolidação

das Leis do Trabalho, da Procuradoria Geral de Justiça, serão reajustados na forma abaixo:

I - a partir de 1° de janeiro de 1991, mediante o acréscimo do índice percentual de 20% (vinte por cento) sobre os valores vigentes em dezembro de 1990;

II - a partir de 1° de fevereiro de 1991, mediante o acréscimo do índice percentual de 20% (vinte por cento) sobre os valores vigentes em janeiro de 1991;

III - a partir de 1° de março de 1991, mediante o acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre os valores vigentes em fevereiro de 1991;

IV - a partir de 1° de abril de 1991, mediante o acréscimo do índice percentual de 20% (vinte por cento) sobre os valores vigentes em março de 1991;

V - a partir de 1° de maio de 1991, mediante o acréscimo do índice percentual de 20% (vinte por cento) sobre os valores vigentes em abril de 1991.

Art. 3° - Ficam também reajustados, nos mesmos índices e datas fixados no artigo anterior:

I - os valores das gratificações de produtividade e de representação de gabinete;

II - o valor do salário-família por dependente legal e o valor das pensões especiais.

Art. 4° - Fica o Procurador-Geral de Justiça, autorizado a, por Ato, fixar as tabelas de vencimentos e salários relativas à presente lei.

Art. 5° - Fica também, o Procurador-Geral de Justiça, autorizado a, mediante Ato, conceder reajustes a título de antecipações salariais da data base, aos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral da Justiça, inclusive aposentados e pensionistas, bem como aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 6° - A data-base de reajuste dos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral da Justiça, passa a ser o mês de Junho.

Art. 7° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no art. 2°, revogadas as disposições em contrário.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2934

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei n°s 633/90 e 642/90.

Sala das Sessões, em 18.12.90

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 2944

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 573/90, que altera a redação da Lei n° 9.391/90 - ICMS.

Sala das Sessões, em 18.12.90

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 2947

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 266/90.

Sala das Sessões, em 18.12.90.

(a) RUBENS BUENO

Apoiamento: Haroldo Rodrigues Ferreira, Nelson Vasconcellos, Raul Lopes, Paulino Delazeri e José Rogério Carvalho.

REQUERIMENTO N° 2932

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 05 (cinco) sessões, dos Projetos de Lei n°s 521 e 525/90, constantes da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 18.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO N° 2937

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja retirada da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n° 553/90 que propõe a retirada do Estado do Paraná do Convênio CODESUL/BRDE.

Sala das Sessões, em 18.12.90.

(a) RUBENS BUENO.

Apoiamento: João Arruda, Nelson Vasconcellos, Pedro Tonelli e Raul Lopes.

JUSTIFICATIVA:

Considerando a importância do assunto BRDE e a amplitude das repercussões que podem advir do atendimento à Mensagem do Executivo, é necessário que esta Casa tenha todas as informações para decidir sobre o tema. Em vista disso, em 21.11.90 esta Assembléia, atendendo requerimento do Deputado Algaci Túlio, solicitou informações ao Senhor Governador, bem como pronunciamento do Banco Central sobre o alegado problema da DUALIDADE. Como até o momento nada foi respondido, é necessário que se aguarde tempo hábil para que tais informações cheguem a esta Casa.

Deve-se levar em consideração ainda, o art. 27 das disposições transitórias da Constituição Estadual que reza: "A Lei

Complementar que disporá sobre o Sistema Financeiro Estadual, será elaborada no prazo de seis meses da promulgação da Lei Complementar Federal, que regulará o Sistema Financeiro Federal".

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 645/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituída, na forma do artigo 21 da Constituição do Estado do Paraná, a Região Metropolitana do Município de Francisco Beltrão.

Parágrafo Único - Constituem a Região Metropolitana de Francisco Beltrão, os municípios de Francisco Beltrão, Enéas Marques, Marmeleiro, Renascença, Salgado Filho e Verê.

Art. 2º - Constituir-se-á para atender interesses comuns aos municípios componentes da Região Metropolitana de Francisco Beltrão, um Conselho Deliberativo presidido pelo Governador do Estado do Paraná e um Conselho Consultivo, criado por lei estadual.

§ 1º - O Conselho Deliberativo contará em sua composição, além do Presidente, com cinco (5) membros de reconhecida capacidade técnica e administrativa - um dos quais funcionará como Secretário Geral do Conselho, todos nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles nomeado dos componentes de lista tríplice, organizada pelo Prefeito do Município Sede e outro, mediante indicação dos demais municípios integrantes da Região Metropolitana de Francisco Beltrão.

§ 2º - O Conselho Consultivo será composto por um representante de cada município membro da RMFB, funcionando como presidente, o Governador do Estado.

§ 3º - Incumbe ao Estado do Paraná, prover todas as despesas dos Conselhos Deliberativo e Consultivo da RMFB.

Art. 3º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - Promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Francisco Beltrão e a Programação de serviços comuns;

II - Coordenar a execução de programas e projetos, de interesse da Região Metropolitana de Francisco Beltrão, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação dos serviços comuns.

Parágrafo Único - A unificação para execução de serviços comuns efetuar-se-á:

I - pela concessão do serviço a entidade estadual;

II - pela constituição de empresa de âmbito metropolitano;

III - outros processos, por meio de

convênios ou consórcios, venham a ser estabelecidos pelos prefeitos dos municípios membros.

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões do interesse da Região Metropolitana;

II - Sugerir ao Conselho Deliberativo, a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução de serviços comuns.

Art. 5º - Consideram-se de Interesse dos Municípios da Região Metropolitana de Francisco Beltrão, os seguintes:

I - planejamento integrado do Desenvolvimento Econômico e Social;

II - Saneamento básico - abastecimento de água potável, rede de esgoto sanitário e limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transporte e sistema viário;

V - urbanismo e habitação popular;

VI - aproveitamento de recursos hídricos e controle da poluição ambiental;

VII - outros serviços que possam vir a ser incluídos na competência do Conselho Deliberativo.

Art. 6º - Os municípios da Região Metropolitana que participarem da execução de planejamento integrado e de serviços comuns, terão preferência na obtenção de recursos estaduais, incluídos os obtidos por meio de financiamentos, bem como para as garantias a empréstimos.

Art. 7º - O prazo para instalação da Região Metropolitana de Francisco Beltrão, é de 6 (seis) meses.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.12.90.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

As referências constitucionais à autonomia dos municípios se iniciaram com a promulgação da Constituição Federal de 1946, cujo artigo 28 previa que a eles competia a organização dos serviços locais. Só em 1967, no entanto, preocupou-se a Carta Magna com uma referência formal ao consórcio municipal para realização de serviços e obras de interesse comum (art.16-II-§ 4º) e a de 1969 voltou a exonerar-se da referência mais íntima, fazendo referência, apenas, à "autonomia dos municípios, assegurada I ..., II. administração própria...b) organização dos serviços locais.

A edição da Lei Orgânica dos Municípios do Paraná ofereceu amparo às necessidades comuns a mais de um município, o que é acolhido pelas leis orgânicas municipais, promulgadas pelas Câmaras de Vereadores em 5 de abril deste 1990.

Essa consagração agora poderá materializar-se na ordenação legal da Região Metropolitana de Francisco Beltrão, permitindo que os municípios membros estudem, planejem e executem obras e serviços de interesse comum com a assessoria técnica elevada de órgãos especializados do Estado e com recursos igualmente repassados pelo Estado.

Depreende-se que projetos e estudos técnicos, executados de forma centralizada, permitirão harmonizar-se interesses e recursos com a execução integrada que atenderá aos objetivos comuns dos municípios membros.

Uma das principais preocupações dos Senhores Prefeitos, nos dias correntes, é a dificuldade de ordenar a expansão urbana, atendendo aos interesses dos seus municípios, em decorrência da flutuação imponderável da população.

Com a implementação da Região Metropolitana de Francisco Beltrão, haverá possibilidade de minimizar as imensas dificuldades decorrentes, permitindo estudos mais adequados e distribuição mais de acordo com necessidades e possibilidades dos municípios membros.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos nem no Pequeno e nem no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PFL se fará uso do seu tempo. Concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Esta Casa votará daqui há alguns minutos Projeto de Resolução de autoria da Comissão Executiva sob n° 168/90 que altera, que praticamente reestrutura, codifica e faz adaptações no nosso Regimento, já antigo, das novas exigências da Constituição Estadual.

Este projeto de Resolução da Mesa tem como Relator o ilustre Deputado Erondy Silvério, que na tarde de ontem apresentou seu parecer, sob forma de substitutivo geral e a Mesa fez distribuir avulso a todos nós.

Apenas para fazer o registro da oportunidade, da providência da Mesa Executiva para também cumprimentar o Deputado Erondy Silvério que estudou o assunto que tão bem ele conhece, talvez um dos Deputados que melhor conheça e interprete o Regimento desta Casa, por ter sido várias vezes Líder de Bancada, integrante da Mesa, quer dizer o Deputado Erondy Silvério é o Relator e não poderia outro Deputado analisar a proposta da Mesa com maior competência do que o ilustre Deputado.

Algumas emendas apresentadas por nós

foram admitidas, aceitas pelo Deputado Relator, também emendas do Deputado Caíto Quintana, do Deputado Ezequias Losso, algumas do Deputado Antônio Annibelli, do Deputado Neivo Beraldin, emendas do próprio Deputado Erondy Silvério e do Deputado Cândido Bastos.

Queria dizer que, ao agradecer ao Deputado Erondy Silvério pela aceitação de algumas emendas nossas, propostas nossas alterando a iniciativa da Mesa, esperava que o substitutivo geral trouxesse no seu bojo a redução das Comissões Técnicas. Falei com o Presidente da Casa várias vezes sobre este assunto e também rapidamente com o Deputado Erondy Silvério. O projeto original previa a instituição de 15 comissões técnicas da Casa e eu pessoalmente acho o número exagerado, porque a CCJ absorve um número grande, cerca de 15 parlamentares, por ser a comissão mais importante da Casa e dos 54 ficariam apenas cerca de 40 Deputados para outras comissões e será impraticável que 40 parlamentares possam atuar com rigor, com presença em 14 ou 15 comissões técnicas, vai acontecer o que sempre tem acontecido, não haver quórum para as reuniões das comissões técnicas, mas isso nós podemos voltar a discutir na próxima legislatura, quando teremos trinta e poucos novos Deputados e a exemplo do que eu argumento agora, outras emendas, outros estudos poderão ser feitos para, se possível, melhorar este projeto de resolução.

Mas eu quero ao cumprimentar a Mesa e ao Deputado Erondy Silvério agradecer por ter acatado as nossas emendas e ter apresentado em tão poucos dias este seu substitutivo geral, resultado de estudos e de análise profundos.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem) ... Também ao mesmo tempo em que queremos nos congratular com o Deputado Erondy Silvério pelo Substitutivo Geral dado ao Regimento Interno da Casa que estamos votando em quarta discussão hoje, e ontem nós fazíamos uma indagação à Mesa que esse Substitutivo Geral chegou às nossas mãos na hora de votarmos.

E hoje podemos constar algumas mudanças no Regimento Interno que acredito também não tivessem sido feitas essas mudanças pelo Deputado Erondy Silvério, porque já se fala muito, há muito tempo, que aqui na Casa não poderia existir liderança de um Deputado só.

Hoje vemos aqui nesse Regimento Interno que votamos em quarta discussão uma mudança significativa, onde diz que poderá haver liderança com menos de três Deputados.

Existia no Substitutivo Geral, no Regimento Interno que, acima de três Deputa-

dos, poderia se constituir uma liderança.

O que significa liderança? Significa sete cargos a mais, oito cargos a mais. Significa um gabinete a mais. Significa uma estrutura a mais. Se recebemos da sociedade uma finalização no sentido de enxugar a máquina administrativa e demonstrarmos que queremos realmente avançar no sentido de reconquistar credibilidade, nós indagamos à Mesa de quem foi a autoria da mudança desse artigo, desse Regimento Interno desse novo e já velho, envelhecido Regimento Interno, que podemos votar hoje em quarta discussão. Gostaria de saber do Senhor Presidente a resposta neste sentido e saber, se possível, fazendo com que a Casa ofereça a estrutura de uma liderança para o Partido que tenha mais de três Deputados, até porque esses Deputados poderão formar um bloco parlamentar e conseguir assim as lideranças. Quero neste sentido indagar à Presidência da Mesa para saber se é possível mudar esse Regimento Interno nesse item.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - ...O Projeto de Resolução está em quarta discussão e não é permitido mais emendas. Mas tão logo ele seja promulgado Vossa Excelência poderá apresentar emenda no sentido que Vossa Excelência mencionou.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, ainda nesse processo de votação?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. Após a promulgação Vossa Excelência poderá apresentar qualquer emenda.

O SR. NEIVO BERALDIN - Quer dizer, imediatamente ele tem que ser reformulado novamente. Assim que conseguirmos votar esse projeto nós temos que reformulá-lo, porque ele já vem com esse item constando a liderança para dois Deputados apenas, cedendo uma nova liderança.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É. A democracia é assim. A gente vota, desvota, acerta, desacerta.

O SR. NEIVO BERALDIN - Eu gostaria de indagar à Mesa se no Substitutivo Geral do Senhor Relator, constava esse item que era necessário apenas dois Deputados para conseguir uma Liderança?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A iniciativa de reduzir ou de persistir com a Liderança para apenas um Deputado ou dois, se foi iniciativa do Relator ou da Mesa desta Casa?

A iniciativa foi de um dos Deputados mais competentes da Assembléia, naturalmente defendendo o seu Partido. Foi do De-

putado Ezequias Losso que tem dois Deputados aqui na Casa na próxima...

O SR. NEIVO BERALDIN - Quer dizer então que se mantém a Liderança de duas pessoas para atender o PL? É isto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É.

O SR. NEIVO BERALDIN - E a população não pode reclamar de dizer que nós estaremos dando uma nova estrutura, continuando o mesmo erro?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A população pode, através da sua representação, como é o caso de Vossa Excelência, alterar o Regimento Interno e também eu devo informar a Vossa Excelência que a matéria deveria ter sido discutida na votação e não extemporaneamente.

O SR. NEIVO BERALDIN - Muito bem, desde ontem eu levantei essa questão e não tive tempo hábil para analisar o substitutivo geral, trago apenas à reflexão da sociedade e da comunidade presente para que entendam o que estou falando.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças: PDS, PDC, PL, PTB, PRN, PT, PFL, PDT, PMDB, PSDB.
Declinam.
Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 83/90, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, incluindo anteprojeto de lei, objetivando alterar as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, do Quadro de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício n° 1196, subscrito pelo Senhor Procurador Geral de Justiça, constante do expediente, incluindo projeto de lei, que visa reajustar os níveis de vencimentos dos Servidores Auxiliares do Ministério Público do Estado do Paraná. À Diretoria Legislativa para os devidos fins.

Ofício n° 1039/90, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que reajusta os vencimentos dos funcionários do

Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei complementar, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei n.ºs 633 e 642/90. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requero verificação de votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requero chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença do nosso colega o Deputado Algaci Túlio em pleno exercício da Prefeitura de Curitiba. Vamos fazer uma salva de palmas ao nosso Prefeito.

Palmas.

A Mesa, atendendo solicitação do Deputado Rubens Bueno, suspende por 5 minutos a sessão de hoje a fim de que os Senhores Líderes possam se entender sobre a matéria constante da Ordem do Dia de hoje.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu faço um apelo às Lideranças dos Partidos que têm assento nesta Casa para que cheguem a um acordo para que haja a votação desses projetos, ou favorável ou contra.

O que nós não podemos mais é viver nesta tensão que nós estamos vivendo aqui neste plenário da Assembléia Legislativa do Estado, uma vez que nós estamos encerrando o período legislativo e nós temos que dar um fim nessas matérias.

Eu faço um apelo às lideranças para que essas matérias sejam concluídas neste período legislativo.

Muito obrigado.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão.

O Deputado Pedro Tonelli, requereu verificação de votação?

O SR. PEDRO TONELLI - Eu requeri verificação de votação do requerimento que pede preferência de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Dirceu Manfrinato requereu chama-

da nominal?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu requeri chamada nominal, mas eu declino, Senhor Presidente.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a conversa que acabamos de ter com a Mesa desta Casa, com o Líder da Bancada do PMDB, Deputado Caíto Quintana, juntamente com o Deputado Mário Pereira, para objetivar e concretizar a votação da emenda substitutiva ao Projeto n.º 266/90, que trata da redistribuição do ICMS do Estado do Paraná. Como está em redação final, eu encaminho um apelo a Vossa Excelência, para que dispense inclusive da redação final, já que foi sucessivamente discutido neste Plenário este Projeto e, ao lado disso, evidentemente, votarmos de imediato a questão do Regimento Interno.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para que não paire dúvidas neste Plenário, eu quero justificar o meu pedido de verificação de votação.

Desde o primeiro dia que aqui estive e até o último assim eu serei, eu não admito que se votem matérias de tanta importância com apenas 20 Deputados no Plenário, e sempre os mesmos, aqueles que freqüentemente aqui estão.

Então, Senhor Presidente, eu insisto: que se faça a verificação de votação, e aqueles que não estão aqui, que não querem mostrar a cara para a platéia, votando a favor ou contra, eles aqui têm que estar para se mostrarem.

Esses que estão aqui sempre tiveram a coragem, a dignidade, de assumir os seus atos; aqueles que estão se omitindo têm que pagar pelos seus atos.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu mantenho o meu pedido de chamada nominal.

Apenas só para concluir, Senhor Presidente, quanto à questão levantada pelo ilustre Deputado Neivo Beraldin, com relação à votação do novo Regimento de que poderá haver apenas com dois Deputados e um novo líder, acho que já houve um avanço na Assembléia Legislativa do Estado, porque convivemos aqui durante quatro anos com o Deputado Pedro Tonelli, líder único e que gozou de todas as mordomias deste Poder Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, questão de ordem. Insisto no apelo a Vossa Excelência, Deputado Pedro Tonelli. A votação da emenda substitutiva ao Projeto n.º 266 já foi amplamente discutida e

votada por três vezes em plenário. Portanto, todos os argumentos e até o prazo para emendar o projeto já se esgotaram.

A questão era unicamente redação final. Estou fazendo um apelo a Vossa Excelência porque isto poderá prejudicar em um ano a legislação vigente que é a questão tributária que estamos discutindo neste momento.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem, Senhor Presidente.

Queria esclarecer ao Deputado Rubens Bueno que não tenho nada contra as matérias. Não estou discutindo o mérito das matérias. Sou contra a ausência de trinta e quatro Deputados neste Plenário. Este é o meu motivo. Por isto minha insistência.

Vamos analisar as matérias uma a uma em seu mérito. As que são votadas a favor, voto a favor, as que são votadas contra, voto contra, vou à tribuna justificar. Todas. Agora, sem quórum, sem vinte e oito Deputados aqui, me perdoem, mas não vou abrir mão deste princípio.

O SR. RUBENS BUENO - É que muitas vezes Vossa Excelência faltou à sessão e ninguém fez esse processo de discussão no plenário por sua ausência.

Pelo contrário. Nem sempre os Deputados podem estar em Plenário. Mas quando se trata de uma decisão muito mais importante, que poderá perder um ano de justiça tributária do Estado do Paraná, Vossa Excelência está colocando esta situação...

O SR. PEDRO TONELLI - Todas as vezes que a minha ausência foi verificada aqui, a imprensa registrou muito bem e com toda a razão, porque foi uma falha minha.

O SR. RUBENS BUENO - Não, a imprensa não registrou. Inclusive, Deputado Pedro Tonelli, é importante que fique claro nesta Casa, Vossa Excelência se ausentou quando se estava votando a representação aqui no primeiro momento. É importante que fique claro à Casa. Precisamos acabar com este tipo de demagogia...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, esta Casa votou e fato que, nestas legislaturas que estão aqui, de pouca prática, se não inusitado. A Assembléia prorrogou o seu período nesta legislatura, no presente momento, em três dias, três sessões, para que fosse possível a votação de matérias urgentes e importantes que temos aqui. São cinquenta e oito itens da Ordem do Dia, desde ontem. Ontem não houve quó-

rum.

O Deputado Pedro Tonelli quando disse que aqui estão os Deputados de sempre, ele fala com toda a razão; quando tem alguma exceção, algum colega nosso constante pode ocasionalmente encontrar-se ausente. Mas o que também não sabemos é se há ou não quórum qualificado para votar, se temos maioria ou não. Presume o Deputado que não haja.

O apelo que está fazendo o Deputado Rubens Bueno é para que não seja pedida verificação para votarmos, não apenas o que o Deputado Rubens se refere, mas tudo o que tem aqui, que consta na Ordem do Dia e que motivou nossa presença. Saí ontem de Nova Esperança às quatro horas da madrugada para estar aqui ontem. E ao se verificar na votação e chamada nominal, não houve quórum. Hoje, da mesma forma.

Agora, Sr. Presidente, sem saber se há ou não quórum, justifica-se muito bem o apelo que formula o Deputado, que ratifico e da mesma forma faço um apelo ao Deputado Pedro Tonelli para que retire o seu pedido de verificação. Se for assim, não vamos votar coisa alguma amanhã, é emancipação política do Paraná, é feriado, depois fim de ano. Ninguém vai votar nada. Quem vai votar em janeiro?

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Solicito que Vossa Excelência acione as campanhas e permaneço com o meu pedido de chamada nominal. Já conferi que tem 28 Deputados, mas insisto na chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Faz soar a campainha). O Sr. Deputado Rubens Bueno requer que a redação final da lei que se refere ao ICMS seja votada na sessão de hoje. A matéria em Redação Final, já pronta, e a Mesa não vê inconveniente. Ao final da Ordem do Dia de hoje a matéria será votada.

O Sr. Deputado Pedro Tonelli solicitou a palavra?

O SR. PEDRO TONELLI - Já solicitei a palavra e estou aguardando o resultado da votação.

O SR. RUBENS BUENO - O requerimento era mais amplo, Senhor Presidente, se me permite. Era exatamente não só da redação final a ser votada na sessão de hoje como junto, logo após a votação do Regimento Interno, a inclusão com preferência do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência encaminhe o requerimento por escrito.

Chamada nominal requerida pelo Deputa-

do Dirceu Manfrinato.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Massignan) -
Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam à chamada 29 (vinte e nove) Senhores Deputados, o requerimento está em votação. Senhores Deputados que aprovam a preferência para o nº 633/90 e 642/90, conservem-se como estão. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 573/90. Prejudicado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, com apoio dos Senhores Deputados Haroldo Rodrigues Ferreira, Raul Lopes, Nelson Vasconcellos e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 266/90. Prejudicado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação para os Projetos de Lei nºs 633 e 642/90, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, acima aprovado:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 633/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 229/90) que reajusta em 185,22% os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela CLT, na forma que especifica. (Publ. no DA. nº 152, de 12.12.90).

Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para encaminhar) -
Senhor Presidente, Senhores Deputados. Hoje nós estamos discutindo em primeira discussão essa matéria que é de fundamental importância para todo o Paraná, para o serviço público do nosso Estado, e obviamente coloca na Ordem do Dia a preocupação de todos os servidores públicos do nosso Estado.

É óbvio que na sessão de hoje, nós estaremos analisando a constitucionalidade dessa matéria, matéria em primeira discussão, não se recomenda a apreciação do mérito, o mérito será apreciado no momento oportuno, na segunda ou terceira discussão, onde nós poderemos alterá-la através das emendas que são apresentadas pelos nobres Parlamentares.

No entanto, Senhor Presidente, mesmo quanto ao mérito dessa votação, que é a

questão da inconstitucionalidade das matérias, essa matéria nos deixa uma certa dúvida. Na mensagem Governamental, quando é proposta a transferência de competência do Poder Legislativo, para o Poder Executivo, para legislar por decreto, essa iniciativa é inconstitucional.

Então a Mensagem toda Senhor Presidente, Senhores Deputados, ela não é inconstitucional. O poder de iniciativa é do Governador, as iniciativas que ele tomou sim, agora uma parte dessa Mensagem, transformado em Projeto de Lei, ele é completamente inconstitucional, porque o artigo 53, da nossa Constituição do Estado do Paraná, no inciso 8º diz o seguinte: "Cabe à Assembléia..." (prossegue leitura)

Então fixar a remuneração dos servidores públicos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é matéria que a Assembléia Legislativa não pode transferir essa competência para o Governador do Estado do Paraná.

E, no entanto, Sua Excelência o Governador está propondo através da sua Mensagem, que no ano que vem a fixação dos salários, dos vencimentos dos nossos servidores públicos, elas sejam feitas por decreto.

Isso é um desrespeito à Constituição, porque se nós aprovarmos, é óbvio, transferindo uma competência que é nossa, que é da Assembléia Legislativa para o Poder Executivo, que isso é proibido pela Constituição.

Por isso, conforme determina o Artigo 66, dessa mesma Constituição, cabe ao Governo, simplesmente a iniciativa das leis, fixando o salário dos servidores. E iniciativa de lei, não se confunde com competência legislativa aquele... a competência legislativa ou melhor a iniciativa, cabe ao Chefe do Poder Executivo e o poder de legislar, cabe ao Poder Legislativo.

Então para que o Poder Executivo possa legislar sobre reajustes como pretende o projeto do Executivo ele deve solicitar delegação legislativa, não basta apenas a autorização como está sendo proposta pelo Governador, através desta Mensagem.

Nesta hipótese há necessidade de uma Resolução, delegando poderes ao Executivo, o que não é o caso, porque o caso aqui é uma autorização simplesmente.

O Artigo 72, da nossa Constituição, diz o seguinte:

"As Leis Delegadas serão elaboradas pelo Governador do Estado que deverá solicitar Delegação à Assembléia Legislativa. A matéria é reservada à Lei Complementar e à legislação sobre.

§ 2º - A delegação ao Governador do Estado terá forma de Resolução da Assembléia Legislativa, que especificará seu conteúdo e os termos do seu exercício".

Por isso Senhor Presidente, Senhores Deputados, coloco em apreciação esta ponderação, nós não podemos autorizar o Governador a legislar, o que nós poderíamos é delegar, mas não é isto que está proposto na Mensagem Governamental.

Por isso, essa Mensagem aos nossos olhos, que nós analisamos, estou julgando essa matéria inconstitucional.

Ela precisaria ser refeita, ela precisaria ser rejeitada, para ser elaborada de acordo com a nossa Constituição do Estado do Paraná.

Era isso, Senhor Presidente, era isso Senhores Deputados, e certamente o mérito dessa matéria, ou sua propositura no sentido de propor aí as reposições, a política salarial, data-base, estas questões eu me reservo para amanhã, onde nós vamos aprofundar o mérito dessa matéria em 2.^a e posteriormente na 3.^a Votação e Discussão. Era isso, Senhor Presidente, era isso Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto de Lei n° 633/90, com as observações do Deputado Pedro Tonelli. APROVADO.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requero verificação de votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 2° SECRETÁRIO (Nereu Carlos Massignan) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam à chamada vinte Senhores Deputados. Não há quórum para votação.

A Mesa consulta às Lideranças se fará Sessão Ordinária no dia de amanhã.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - O Líder da Bancada do PT propõe que nós trabalhemos amanhã, depois de amanhã, até que vote essas matérias, porque são de interesse do Paraná. Eu proponho que haja sim.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, essa proposta que coloca o ilustre Deputado Pedro Tonelli, já é natural da pessoa do ilustre Deputado usar de demagogia barata como sempre usou na tribuna e continua com o mesmo feitio.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Demago-

gia barata é o que Vossa Excelência fez aqui nesses...

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Se havia o desejo do ilustre Deputado em votar as matérias, ele não poderia derrubar a sessão como derrubou agora. Eu solicito de Vossa Excelência, antes de terminar esta sessão, se poderia suspendê-la por dez minutos para um acordo de Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu acredito seja boa a proposta de Vossa Excelência, se houver recepção desta Casa, que nós façamos reunião amanhã, até porque acredito que nós deveríamos após o encerramento desta sessão nos reunir realmente para discutir a questão de quórum para amanhã, inclusive convocando os companheiros que aqui estão. A nossa Bancada concorda plenamente que marquemos reunião para amanhã.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu faço um apelo a Vossa Excelência que realmente convoque sessão para amanhã, inclusive eu consulto a Mesa se podem ser feitas duas sessões no dia de amanhã; e quero deixar aqui o meu descontentamento com o Deputado Pedro Tonelli que, desde o início desta sessão está tentando obstruí-la e conseguiu, e depois quer fazer média com o povo do Paraná. O Deputado Pedro Tonelli desde o início do seu mandato tem se preocupado apenas com a sua figura, com a sua vaidade, jamais tem levantado a sua voz em favor deste Parlamento, basta dizer a sua declaração no dia de ontem, dizendo que as galerias que estavam lotadas no Teatro Guaíra estavam lá de livre e espontânea vontade, e nós sabemos que as galerias estavam pagas. O Deputado Pedro Tonelli não tem moral para dizer que está preocupado com o bem do Paraná, nem está preocupado com as galerias que estão aqui neste dia. Por isso, Deputado Pedro Tonelli, o senhor tem que realmente tomar mais cuidado e votar com o Parlamento, Vossa Excelência não está votando com o Parlamento, está votando com a sua preocupação pessoal.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu queria dizer que o nobre Deputado Afonso Júnior é sem sorte, quando eu pedi a chamada nominal nós tínhamos 29 Deputados aqui. Quando a Bancada dele pediu só deu 20 Deputados. Então, o Deputado José Afonso tem que voltar para a escola.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela ordem, Senhor Presidente.

Eu solicitaria de Vossa Excelência que nós conduzíssemos no sentido de que as discussões paralelas a respeito de questão de ordem cessassem, que nós apenas consultássemos às Lideranças sobre a sessão de amanhã. Há manifestação de duas Lideranças concordando com a sessão, Deputado Nereu Massignan, Líder do PSDB, também concorda com a sessão, eu creio que nós deveríamos fazê-la.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Pela ordem, Senhor Presidente, novamente pela ordem.

Eu vejo que parece, pela manifestação das galerias, que o meu voto é dispensável. Parece que só o Líder do PT, tem direito a voto nesta Casa. Eu posso até me ausentar do Plenário, vocês fiquem com o voto do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu advirto às galerias.

Nós estamos num Plenário da Assembléia, e as galerias não podem se manifestar, senão eu vou mandar evacuar as galerias.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu parablenizo a atitude de Vossa Excelência como Líder do PMDB, e até em desagravo à manifestação contrária a um Deputado de nossa Bancada, e advirto uma vez mais, que manifestações como esta não levam a nada, absolutamente a nada, nos diálogos que estamos tratando: razão pela qual eu lhe parablenizo, Senhor Presidente, pela manutenção da ordem.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Senhor Presidente.

Eu ontem levantei uma questão de ordem citando o exemplo da diplomação dos Senhores Deputados no Teatro Guaíra. Eu me lembro muito bem de que frisei que um dos órgãos ainda existentes no Paraná, que ainda tem abertura até às vezes excessiva, democrática tem sido a Assembléia Legislativa do Estado.

Muitos funcionários, como eu citei ontem, aqui os representantes sindicais utilizaram da tribuna desta Casa com permissão de Vossa Excelência. O que não se pode permitir a partir da 12ª Legislatura é que haja desrespeito com o Poder Legislativo.

Esse afronto não é o Deputado José Afonso Júnior. Esse afronto é em cima de um Poder Legislativo constituído, e que não foi pelo Deputado José Afonso Júnior, e que não foi pelo Deputado Dirceu Manfrinato, e nem pelo Presidente, Deputado Anibal Khury.

Quando nós viemos a este Parlamento já existia a Assembléia Legislativa do Para-

ná. O que nós precisamos é fazer valer as prerrogativas que nós conquistamos ao longo do tempo, através da Constituição Federal e da Constituição Estadual.

De nada adianta este quadro que nós estamos vendo, quando as matérias continuam a não ser votadas. E eu faço um apelo, como já declarou o nosso Líder, Deputado Caíto Quintana, como declarou o Líder do PSDB, Deputado Nereu Massignan, para que haja sessão amanhã, para chegarmos a um denominador comum, a votar as matérias de interesse do povo do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 2937, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, com apoio dos Senhores Deputados João Aruda, Nelson Vasconcellos, Pedro Tonelli e Raul Lopes, constante do expediente.- Prejudicado.

Requerimento de nº 2932, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente.- Prejudicado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária, para quarta-feira, dia 19, às dez horas e trinta minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 41/90, 266/90, 561/90 e 564/90.

EM VOTAÇÃO

4ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 168/90.

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 270/88, 573/90, 575/90, 587/90, 612/90, 613/90, 622/90, e dos Projetos de Resolução nºs 49/90, 195/90, 196/90, 197/90 e 198/90.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 543/90, 545/90, 566/90, 599/90, 600/90, 601/90, 603/90, 606/90, 610/90, 614/90, 615/90, 621/90, 631/90 e dos Projetos de Resolução nº 50/90, 114/90, 199/90, 200/90 e 201/90.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 299/86, 23/89, 74/89, 313/89, 376/89, 521/90, 525/90, 602/90, 609/90, 611/90, 620/90, 626/90, 627/90, 628/90, 633/90, 642/90, e dos Projetos de Resolução nºs 202/90, 203/90, 204/90, 205/90, 206/90, 209/90, 219/90 e 211/90.

Levanta-se a sessão.